

A história como ficção, a ficção como história¹

José Saramago

Escritor - Prêmio Nobel em Literatura (1.999)

Introdução

Tendo generosamente considerado que existem no meu trabalho de escritor merecimentos dignos de atenção tão especial, decidiu o Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina conferir-me o grau de Doutor “Honoris Causa”. Recebo-o com um sentimento de natural gratidão, mas também com um outro muito mais complexo, a que me permitirei chamar, sem medo à óbvia contradição dos termos, o sentimento de uma orgulhosa humildade. É orgulhosa essa humildade porque o meu caminho vital teve origem no seio de uma família de camponeses pobres e analfabetos e porque, apesar de não ter tido a fortuna de beneficiar-me de estudos adiantados, creio ter feito uma obra digna. Mas é humilde o orgulho porque sou cada vez mais consciente de que toda a vaidade é vã perante o Tempo e de que as obras não têm por quê ser forçosamente mais consideradas que as vidas. Para esta vida e para esta obra que são minhas não tenho maior ambição de que venham a merecer-se uma à outra.

¹ Palestra proferida quando da concessão do título de Doutor *Honoris Causa*, oferecido pela UFSC.

Magnífico Reitor, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Certos livros, que mesmo em horas da mais benevolente condescendência para com as debilidades próprias e as fraquezas alheias nunca ousaríamos incluir no grêmio das obras-primas, têm artes, não raro, e sem que saibamos explicar porquê, de resistir às perspectivas da idade, e até, o que não é dizer pouco, às mudanças das bibliotecas. De um modo ou outro e por diferentes razões, todos já experimentamos, por exemplo, ao mudar de casa, essa espécie de fatalidade que nos obriga a deixar para trás volumes e mais volumes, a pretexto de que deixaram de interessar-nos ou de que, simplesmente, não iriam caber nos novos espaços. E contudo, ao arrumar os livros restantes, há sempre uns quantos que nos surpreendem pela sua incompreensível persistência em estarem onde estivermos. Tomamo-los nas mãos e perguntamos: “Que devo fazer contigo?”. Porém, sabemos de antemão que não haverá resposta, a não ser colocá-los nos seus lugares, quase supersticiosamente, como se a vida, para manter-se em equilíbrio, tivesse necessidade desse ponto de apoio. Quanto ao tal livro, lido num tempo remoto por aquela diferente pessoa que então éramos, é bem possível que não volte a ser aberto. Ou sim. Chega um dia em que se torna preciso explicar, e é este o caso de hoje, por que mistério me vêm acompanhando, desde há longos anos, um autor de tão rara importância como Xavier de Maistre e um livro que nunca teve maiores ambições que ser lido como aquilo que é, um amável e divertido objeto: *Voyage autour de ma chambre*. Sei que fui levado a ele por um outro livro e um outro autor, estes da minha pátria e da minha língua, com os quais, aproveito para dizer, e de onde, podemos afirmar, que nasceu o português moderno, liberto das *sanefas e dos reposteiros setecentistas*, solta respiração e ágil como um gato: Almeida Garrett se chamou o homem, *Viagens na minha terra*, se intitula o livro. Tanto num caso como no outro, é de viagens que se trata, mas são diferentes, porque não é o mesmo viajar, dentro dos estreitos limites do quarto em que vivermos, ou ir à procura do mundo lá onde ele estiver. Tão diferentes também quanto possam ser um liberal português do século XIX e um francês reacionário que, tendo morrido no mesmo século, trouxera e conservara do anterior as convicções absolutistas com que haveria de prosperar na Rússia imperial de então.

Como se ligam na minha memória Almeida Garrett e Xavier de Maistre, além da palavra que é comum aos dois títulos? Diz Garrett no

princípio das suas viagens para nós tão evocador como o começo do *Quixote* cervantino: 'Que viaje à roda do seu quarto quem está à beira dos Alpes, de Inverno, em Turim, que é quase tão frio como em São Petersburgo - entende-se. Mas com este clima, com este ar que Deus nos deu, onde a laranjeira cresce na horta, e o mato é de murta, o próprio Xavier de Maistre, que aqui escrevesse, ao menos ia até o quintal.' Lidas nos alvares da adolescência, estas palavras tiveram o efeito, que hoje mal posso compreender, de encher-me a cabeça de fantasias e devaneios: o que seria isso de viajar à roda de um quarto? Como podia Turim, no Sul, ser quase tão fria quanto São Petersburgo, perto do círculo polar ártico? Quem era esse Xavier de Maistre, para que assim fosse citado simplesmente, de passagem e sem outras informações, como se o leitor tivesse obrigação de conhecê-lo? Por quê, se me fundiam no espírito a noção do tempo e a noção do espaço, os de ontem e os de agora, o lugar daqui com todos os lugares de além, como se de uma coisa só se tratasse? Sabemos que o nosso mundo mental está cheio de quadros assim, parados na distância, resistindo à erosão dos anos. Foi um quadro desses que decidi trazer-vos do fundo da minha memória para aqui reviver convosco, para tentar desenhar nele, a par das velhas imagens de dois autores passados, e do vulto impreciso, também ele irrecuperável, do adolescente que fui - o perfil de alguém, este que veio aqui hoje, que aprendeu depois a ler com outros olhos, que perdeu a inocência das suas primeiras letras, mas que esperamos não esteja demasiado perto das últimas.

O tema que me propus tratar - *Ainda a História, ainda a Ficção* ou *a História como Ficção, a Ficção como História* - aparece já em filigrana nas palavras da introdução. Conto que, chegados ao fim do percurso, tenha-se dissipado nos vossos espíritos a suspeita de eu ter trazido para cá, nada mais que um mero exercício de funambulismo verbal. É certo que os escritores, muitas vezes, não resistem à tentação de jogar com palavras. Mas mesmo esse jogo tem um fundamento sério, confirma as razões daqueles que defendem que o jogo é uma das mais graves atividades humanas.

Consideremos, em primeiro lugar, a História como Ficção. Trata-se de uma proposição que comporta não poucos riscos, com a qual poder-se-ia mesmo, imaginamos, introduzir de um modo sub-reptício a afirmação, acaso temerária, acaso irresponsável, de ser a História, em última análise, uma pura ficção. Acolher cegamente tal proposição levar-

nos-ia a concluir que tudo no mundo seria ficção, que nós próprios somos os produtos sempre em mudança de todas as ficções, ao mesmo tempo autores e personagens delas. Afirmá-lo é facilímo, demonstrá-lo não o será tanto. Mas, ainda que neste outro jogo sejam mais do que evidentes as seduções do espírito de paradoxo, não resisto a pôr do meu lado alguns argumentos, acaso dignos de consideração.

Desde logo, segundo este modo de entender, a primeira tarefa do historiador seria selecionar fatos, trabalhando sobre aquilo que denominarei o tempo informe, o que quer dizer, esse imenso passado que apeteceria chamar puro e simples, se isso não fosse uma outra contradição de termos. De posse dos dados recolhidos, a segunda tarefa do historiador seria organizá-los de modo coerente, não raras vezes com uma intenção prévia, transmitindo-nos, assim, uma idéia de necessidade inelutável, como se da expressão de um destino se tratasse. Por outro lado, essa escolha de fatos exerce-se quase sempre sobre consensos ideológicos e culturais determinados que realmente fazem da História o ramo de conhecimento menos capaz de surpreender.

Parece ser indiscutível que o historiador terá de ser, em qualquer caso, um “escolhedor de fatos”, mas creio ser igualmente evidente que ele, ao escolhê-los, abandona deliberadamente um número indeterminado de dados, em nome de razões de Estado ou de classe, ou de política conjuntural, ou ainda em função de conveniências duma estratégia ideológica necessitada, para justificar-se, não da História, mas de uma História. Esse historiador não limitar-se-á a escrever a História: ele fará História. Por outras palavras: consciente ou não das conseqüências políticas e ideológicas do seu trabalho, sabe em todo o caso que o tempo que assim esteve organizando se tornará em lição magistral, porventura a mais magistral de todas, já que o historiador, tendo decidido sobre o que do passado mereceria ou não mereceria atenção, acaba por surgir como criador de um mundo outro.

Algumas vezes, porém, esse poder autoritário parece não ser bastante para nos libertar daquele horror ao vazio que, sendo característica dos povos primitivos, vem afinal a encontrar-se em não poucos espíritos cultivados. O historiador Max Gallo resolveu um dia começar a escrever romances sobre temas históricos por sentir a necessidade de equilibrar por meio da ficção a insatisfação que lhe causava a impossibilidade de expressar na História todo o passado. Foi buscar as potencialidades da ficção, à imaginação, à elaboração livre sobre um tecido histórico defini-

do, o que sentira faltar-lhe enquanto historiador, isto é, as complementaridades duma realidade. Não estava muito longe deste sentimento, suponha eu, o grande Georges Duby, quando escreveu na primeira linha de um dos seus livros: “Imaginemos que...”. Precisamente aquele imaginar que antes havia sido considerado o pecado mortal dos historiadores positivistas e seus continuadores de diferentes tendências.

Tenho ouvido “há uma crise da História”. Se assim é - e eu não sou ninguém para pronunciar-me sobre tão grave questão - interrogo-me se tal crise não será causa direta, ainda que não única, desta espécie de ressurreição a que vimos assistindo daquilo a que, simplistamente, persistimos em chamar “romance histórico”. E, também, se não se tratará, finalmente, de uma expressão particular de outra crise mais ampla: a da representação, a da crise da própria linguagem como representação da realidade.

Ora, se tal existe, se está relacionada, como causa ou como efeito, com esta sensação de fim de tempo que experimentamos, então tornar-se-á mais claro porque nos estamos voltando para o romance dito “histórico” com uma ansiedade que certamente faria sorrir de desprezo intelectual os crentes no progresso do século passado. Olhar-nos-iam com piedade e perguntar-se-iam como, havendo sido eles nossos mestres, veio a nascer, das tantas certezas que eles tinham, esta insegurança que nós temos.

Foi a viagem de Almeida Garret que me conduziu à viagem de Xavier de Maistre, uma e outra levaram-me à viagem pelo tempo, não parecerá fora de propósito que precisamente utilize a viagem para continuar a falar de História, de Ficção e, já que assim tem de ser, de “romance histórico”. Proponho-vos, pois, um divertimento.

Sou autor de um livro que se chama *Viagem a Portugal*. Trata-se de uma narrativa de viagem, como tantas que se escreveram nos séculos XVII e XVIII, em que os viajantes descreveram as suas experiências e aventuras, produzindo de caminho alguns preciosos inclusive para o estudo das mentalidades. Foi com um espírito afim que fiz a viagem a Portugal, foi também com esse espírito que a *Viagem a Portugal* foi escrita. O livro não se propõe como roteiro de viajantes, embora, necessariamente, contenha muito do que se espera encontrar nesse tipo de obras. Fala-se de Lisboa, do Porto, de Coimbra, fala-se doutras cidades importantes, fala-se das aldeias, das paisagens, das artes, das pessoas, fala-se de um País, em suma.

Imaginemos agora que o autor decida fazer uma segunda viagem para escrever um segundo livro, mas que nela terá como ponto de honra

não passar por nenhum dos lugares onde havia estado antes. Quer dizer, nessa segunda viagem não irá a Lisboa, não irá a Porto, não irá a Coimbra, não irá aonde já tivesse ido. Contudo, parece ao autor que, com toda legitimidade, poderia dar, outra vez, a esse livro o título de *Viagem a Portugal*, pois que de Portugal continuou a tratar-se. Levemos ainda mais longe o nosso jogo e imaginemos que o autor faz uma terceira, uma quarta, uma quinta, uma sexta, uma centésima viagem, obedecendo sempre ao princípio de não passar por onde passou antes, e que escreverá outros tantos livros, em que finalmente acabará por não haver qualquer referência a lugares habitados e nomeados, nada a não ser uma pura imagem sem pontos de identificação aparentes com essa identidade a que damos o nome de Portugal. A pergunta derradeira será esta: poderá o centésimo livro chamar-se ainda *Viagem a Portugal*? Respondo que sim: poderá e deverá chamar-se ainda mesmo que o leitor seja incapaz de reconhecer, por mais atento que esteja à leitura, o país que no título lhe prometeram.

Este jogo, ainda que à primeira vista o não pareça, tem muito que ver com a relação que mantemos com a História. Tal como nos aparece escrita, ou, repetindo a pequena provocação, tal como o historiador a fez, a História corresponde ao livro da primeira viagem, sem esquecer, evidentemente, que esse historiador poderá sempre fazer, ele próprio, outras viagens ao tempo por onde antes viajou, esse tempo que graças à sua intervenção começou a deixar de ser informe, passa a ser História, e que graças a visões novas, a novos pontos de vista, a novas interpretações, irá tornando sucessivamente mais densa, menos rarefeita, a imagem que temos do passado. Restarão sempre, porém, grandes zonas de sombra e é aí que o romancista tem o seu campo de trabalho.

Creio bem que o que subjaz a esta inquietação é a nossa certeza de que não poderemos, nem sequer de modo simplesmente satisfatório, reconstituir o passado. Não podendo reconstituí-lo, fica-nos a viagem pelas zonas de sombra, essas por onde o romancista avança com a sua pequena candeia, iluminando recantos, procurando caminhos que a poeira do tempo escondeu, inventando pontes que liguem fatos isolados, e também, supremo atrevimento, substituindo algo do que foi por aquilo que poderia ter sido. Argumentar-se-á que se trata de um trabalho sem utilidade, uma vez que aquilo que hoje somos não é do que poderia ter sido que resultou, mas do que efetivamente foi. No entanto, se a revisitação ao passado, assim feita pelo romance, for orientada por uma

intenção crítica, então a nova operação introduzirá na rede dos fatos certa instabilidade, certa vibração, um processo de reajustamento porventura tão útil ao entendimento do nosso presente como a demonstração efetiva, provada e comprovada do que realmente aconteceu.

Dois serão os procedimentos possíveis do romancista que escolheu para a sua ficção as planícies do tempo passado: um, discreto e respeitoso, consistirá em reproduzir ponto por ponto os fatos conhecidos, sendo a ficção mera servidora duma fidelidade que se pretende inatacável; ou outro, mais ousado, levá-lo-á a entretecer dados históricos apenas suficientes num tecido ficcional que se manterá predominante. Estes dois vastos mundos, o mundo das verdades históricas e o mundo das verdades ficcionais, à primeira vista inconciliáveis, poderão, no entanto, ser harmonizados na instância narradora.

Reside aqui, a meu ver, uma questão essencial. Conhecemos aquele narrador que se comporta de modo imparcial, que vai dizendo escrupulosamente o que acontece, conservando sempre a sua subjetividade fora dos conflitos de cuja expressão formal é veículo. Há, porém, outro tipo de narrador, mais complexo, que não tem uma voz única, um narrador que o leitor irá reconhecendo como constante ao longo da narrativa, mas que algumas vezes lhe dará a estranha impressão de ser outro. O narrador será também, inesperadamente, alguém que assume um falar coletivo, que dirá nós em vez de eu. Será igualmente uma voz que não se sabe donde vem e se recusa a dizer quem é, ou usa de artes que levam o leitor a identificar-se com ele, a ser, de algum modo, ele. E pode, enfim, mas não explicitamente, ser a voz do próprio autor, dado que este, capaz de fabricar todos os narradores que entender, não se limita a conhecer somente o que as suas personagens conhecem, antes sabe e não o esquece nunca, tudo quanto aconteceu depois da vida delas. Foi Adão quem inventou a bomba nuclear: ele não o sabia, mas nós sabemos-lo.

Graças a esta maneira de imaginar o tempo, projetando-o em todas as direções, permito-me pensar que o trabalho que realizei no campo do chamado “romance histórico” (fase mais do que provavelmente terminada) produz uma espécie de jogo em que o leitor diretamente participa, levando-o a aperceber-se de uma dispersão contínua da matéria histórica na matéria ficcional, o que, não significando desorganização de uma e outra, pretende ser, pelo contrário uma reorganização de ambas.

Admito que a minha declaração inicial, aquela de ser o historiador um selecionador de fatos, pareça demasiado crua e mesmo chocante.

Direi, então, mais eruditamente, que o historiador realiza uma rarefação do referencial, criando uma espécie de malha histórica larga, perfeitamente tecida, mas que envolve espaços de obscurecimento ou de redução dos fatos. Deste ponto de vista é pois legítimo dizer que a História se nos apresenta como parente próxima da Ficção, dado que, ao rarefazer o referencial, automaticamente, procede a omissões, portanto as alterações da realidade, estabelecendo entre os acontecimentos relações que são diferentes porque são incompletas. É interessante verificar como certas escolas históricas recentes, duvidando da legitimidade de uma História tal qual vinha sendo feita, se abriram, na sua enunciação, a processos expressivos mais característicos da ficção. Lendo esses historiadores, temos a impressão de estar diante de romancistas da História, mas como resultado duma insatisfação tão profunda que, para resolver-se, teve de abrir-se à imaginação. Mantêm-se como suporte os fatos da História, mas abandona-se a antiga relação entre eles, de sujeição resignada ao império em que se haviam constituído. Não faltará quem entenda que desta maneira a História torna-se menos científica. É uma questão em cuja discussão não me atreverei a participar. Basta-me crer que é sempre melhor ciência aquela que for capaz de me proporcionar uma compreensão dupla: a do Homem pelo Fato, a do Fato pelo Homem.

Olhando o passado, a minha impressão mais forte é a de que nos encontramos frente a um imenso tempo perdido. A História. Também a Ficção que procura para seu tema principal a História, são, de alguma maneira, viagens através desse tempo, esboços de itinerários com um objetivo único: o conhecimento do que em cada momento fomos nos tornando. Apesar, porém, de toda a História escrita, apesar de tantos romances elaborados sobre casos e coisas do passado, sei que continuará a fascinar-me esse tempo enigmático e indevassado a que chamei perdido, esse tempo que não retivemos, o tempo que não aprendemos a reter como aquilo que sobretudo é: a mais importante parte de nós próprios. Se o que conhecemos nos governa, talvez o que nos determina seja o que não saibamos.

É cômodo dizer (e eu próprio cedi algumas vezes a tão flagrante tautologia) que, nada podendo, humanamente, existir fora da História, todo o romance é, e não pode deixar de ser, histórico. Mas não faltarão espíritos sarcásticos para insinuarem que um romancista que faça da história seu tema, procede assim por necessidade de evasão, por incapacidade ou impossibilidade de se adaptar a ele, sendo por conseguinte o “romance histórico” o exemplo acabado de uma fuga à realidade. É uma

acusação tão difícil quanto habitual. Mas eu penso, pelo contrário, que é precisamente a consciência intensíssima, quase dolorosa, do presente que leva o romancista a olhar na direção do passado (insisto: na direção do passado), não como se ele fosse refúgio, mas como algo radicalmente necessário aos homens de hoje para que logrem conhecer-se melhor.

Não estou a dizer nada de original, e, ainda por cima, digo-o de maneira imperfeita. No seu livro *O Mediterrâneo*, Fernand Braudel escreve, com a simplicidade duma iluminação, algumas linhas que resumem e finalmente dão densidade às preocupações que exprimi: “A História não é outra coisa que uma constante interrogação dos tempos passados, em nome dos problemas, das curiosidades, e também das inquietações e angústias com que nos rodeia e cerca o tempo presente”.

Observe-se como esta definição poderia ser transposta, palavra por palavra, para a Ficção. Diríamos igualmente que o “romance histórico” - continuemos a chamar-lhe assim - não é outra coisa que uma constante interrogação dos tempos passados, em nome dos problemas, das curiosidades, e também das inquietações e angústias com que nos rodeia e cerca o tempo presente... Sendo assim, História e Ficção seriam expressões da mesma inquietação dos seres humanos, os quais, como múltiplo Janos bifronte voltados a uma e outra, e do mesmo modo que tentam desvendar o oculto rosto do futuro, teimam em procurar, na impalpável névoa do tempo, um passado que constantemente se lhes escapa e que hoje, talvez mais do que nunca, quereriam integrar no presente que ainda são.

A última palavra, Magnífico Reitor, será para expressar o meu profundo reconhecimento pela honra que a Universidade Federal de Santa Catarina me concedeu ao acolher-me entre os seus. Procurarei, em todas as circunstâncias, ser digno dela, não desmerecer jamais do vosso bom juízo, graças ao qual se me abriram as portas desta casa que a partir de agora considerarei também minha. Muito Obrigado.